



# ANTES SEM PÃO DO QUE SEM PÁTRIA: O anti-portuguesismo nos anos da década de 1920

*Gladys Sabina Ribeiro*

*Tupy, or not tupy, that is the question.*  
"Manifesto Antropofágico", Oswald de Andrade, 1928.



Muito antes de Oswald de Andrade ter escrito a famosa frase acima parodiando Shakespeare e ter pregado a deglutição da cultura européia para se chegar a atualização da cultura brasileira, ou, mesmo antes do desdobramento do Pau-Brasil em Antropofagia e do verde-amarelismo em Anta, dentro do contexto da Semana de Arte Moderna de 1922, a questão do nacionalismo já era antiga na vida da República. Contudo, na década de 1920 surgia revitalizada, como abre-alas daquele momento.<sup>1</sup>

O nacionalismo não foi um fenômeno típico apenas do Brasil, ou muito menos da sociedade carioca do início do século XX. O seu vigor foi igualmente acentuado na própria Europa, palco do primeiro grande conflito de dimensões mundiais: a Primeira Grande Guerra Mundial. Lá encon-

tramos o questionamento dos valores de uma sociedade que se debatia contra si mesma e que colocava em discussão a bem-aventura da *Belle Époque*, ao mesmo tempo que procurava novos caminhos para viver a modernidade e bem expressá-la. Tratava-se de revelar o nacional, e no rastro desse movimento vamos encontrar os germes do fascismo e do nazismo, embora estes sejam posteriores.

No Brasil, neste mesmo período, as idéias de nacionalismo e de nacionalidade acentuaram-se. Não estavam ligadas a expressão do progresso industrial ou aquele tipo específico de modernidade vivida pela Europa, mas, a busca do Brasil que se desejava ser ou do que se queria que fosse, já naquele instante. Em outras palavras, procurava-se uma modernidade definida pelo avesso, negando o passado colonial e imperial, sinônimos de atraso.

O final da guerra trouxe a diminuição do mito e da superioridade do europeu e da imitação da Europa. Buscava-se a modernidade e a civilização por uma via interna. Do ponto de vista econômico, se havia praticado a substituição de importações durante a guerra. Culturalmente, nos anos 20, assistia-se ou à oposição aos *ismos* vanguardistas e às filosofias européias, ou à tentativa de transfigurá-los de acordo com as chamadas raízes culturais do povo brasileiro. Assim, é interessante observar que, ou por negação ou por imitação, o modelo ainda era a Europa e as suas “conquistas”.

Procurava-se firmar o nacional e as suas potencialidades. Durante e depois da guerra, valorizava-se a identidade nacional e o que era tido por genuíno, do próprio país. É neste cenário que o nacionalismo era acentuado como valorização da nação. Esta era identificada com a Pátria, não mais com a República. A sinonímia entre Nação, Estado e República havia sido definitivamente enterrada nos anos de 1890, com Floriano; afinal, a República já estava consolidada. As noções de nacionalismo e de nacionalidade, desde então, vieram sendo formadas a partir da identidade com a Pátria. A Pátria passou a ser o lugar dos brasileiros, preferencialmente dos brancos e do bom estrangeiro. A Nação seria o conjunto amplo que deveria abrigar a todos como irmãos e levar ao engrandecimento da Pátria. A Pátria engrandecida, ou seja, a Pátria moderna, também deveria ser buscada na luta contra o atraso. Progresso e civilização ainda eram palavras da atualidade.

Estas idéias sobre a nacionalidade, a modernidade e o atraso encontravam-se espalhadas por toda a sociedade e eram constantemente veiculadas pelos jornais. O nacionalismo havia se convertido novamente em “moda jacobina” e o movimento anti-lusitanismo se reacendeu pelos quatro cantos da cidade. Os conflitos de rua se avivaram e os jornais

estamparam as brigas entre nacionais e portugueses, constantes em todo o período republicano, como haviam sido freqüentes durante a Independência e na época da Abdicação de D. Pedro I. Conflitos aparentemente sem importância ou sem motivo passaram a acontecer, sem ter hora ou lugar. Assim nos noticiava o *Jornal Português*, que revelava o que julgava absurdo pelo teor e violência das agressões feitas aos portugueses.

*A Pátria*, de 25 do mês último, fornecia a seguinte notícia:

*Por sentar-se na relva...*

*Foi revistado e espancado.*

*O Sr. José Alves da Silva, empregado na joalheria, à Praça Tiradentes passava ontem à noite pela Avenida Mem de Sá, e achando-se fatigado, sentou-se sobre a relva de um canteiro dessa via pública.*

*Imediatamente dois guardas civis e um agente de polícia aproximaram-se e passaram-lhe uma revista. Como nada encontrassem, interpelaram-no e dizendo o interpelado, que não era vagabundo e sim empregado do comércio, foi alvo de insultos como estes:*

*Galego, vai para a tua terra...*

*E ao mesmo tempo um dos três mantenedores da ordem descarregou a bengala sobre o Sr. José Alves da Silva, que tratou de livrar-se dos policiais e vir até esta redação.*

*N. da R. – E nos dizemos isto: fique muito contente o nosso patrício, pois que podia acontecer-lhe pior; ir parar ao xadrez, e, a exemplo de outros casos, levar muita tapona por ser português.<sup>2</sup>*

Jornais como *A Pátria*, o *Jornal Português* e mesmo *O Paíz*, este último considerado de grande circulação, todos defensores dos lusitanos e dos interesses da “colônia”, denunciavam o novo surto jacobino dirigido contra o luso. Durante os anos de 1920 a 1924, o *Jornal Português* publicou matérias com títulos: “Contra Portugal! Contra Portugueses!”; “Insultos Nativistas”; e “Lusofobia”. Constantemente Paulo Barreto (João do Rio), tido por lusófilo, vinha a público denunciar a perseguição ao português e defender os imigrantes, especificamente os lusos, considerando-os fator importante para a construção da verdadeira nacionalidade.<sup>3</sup>

Muitas vezes se ouviu, a partir de então, os gritos de “galego vai para a tua terra” e “mata galego.” No Rio de Janeiro, *meetings*, comícios e reuniões eram convocados pelo movimento, sendo o Largo de São Francisco um dos palcos dos acontecimentos e das manifestações<sup>4</sup> e o dia 02 de julho celebrado como data histórica, dia do “Mata galego,”

quando valorosos brasileiros – baianos – expulsaram os inimigos da nacionalidade – portugueses. Desta forma, revivia-se com saudade a expulsão das tropas portuguesas do Brasil no período da Independência; em uma clara referência à Independência do jugo português, à liberdade conquistada, convida-se os brasileiros a expulsar os portugueses “à bala” e “à faca.”<sup>5</sup>

Neste sentido, o *Jornal Português*, nº, 117, de 02/07/1921, p. 1, publicou um curioso anúncio provando o recrudescimento da lusofobia na cidade. O texto conclamava os brasileiros, civis e militares, para comparecerem à reunião de nacionalistas e jacobinos na Biblioteca Nacional, às 7 h da noite do dia 02 de julho. Como pauta, desejavam tomar medidas contra os portugueses, “sob pena de se proceder contra eles com o violento patriotismo cujo exemplo nos dão nesta hora os nacionalistas italianos que acabam de salvar a Itália.”

Mais uma vez o nacionalismo se travestia de antilusitanismo. Organizou-se, a partir de 1º de janeiro de 1917, com a fundação da revista *Braziléa*. O seu mentor foi Álvaro Bomilcar, que pouco depois se tornou o doutrinador do movimento denominado Ação Social Nacionalista. Funcionário público do Ministério da Fazenda, Bomilcar escreveu dois livros que muito influenciaram o movimento jacobino daquele período: *A Política no Brasil ou Nacionalismo Radical* e o *Preconceito de Raça no Brasil*, escrito em 1911 e publicado em 1916.<sup>6</sup>

Na época da fundação da revista, eram colaboradores Damasceno Vieira, José Vieira, Jackson de Figueiredo e outros. Alguns anos mais tarde, falando de Álvaro Bomilcar, Jackson de Figueiredo escrevia:

*Até que o conhecesse força é confessar que jamais tivera a intuição de que um movimento realmente nacionalista só poderia ser o que visasse primeiramente combater o elemento português no seio de nossa sociedade.*<sup>7</sup>

Assim, Álvaro Bomilcar e o Conde Afonso Celso, este último tendo escrito um opúsculo denominado *Por que me ufano de meu país*, passaram a congregar ao redor de si uma série de publicações e entidades que foram reunidas na Ação Social Nacionalista.<sup>8</sup>

O movimento foi tomando força pouco a pouco e teve o seu auge no governo de Epitácio Pessoa. Tinha o apoio de elementos do governo, da polícia e do próprio presidente do país. No sábado, dia 21/08/1920, o *Jornal Português* se insurgiu contra um projeto que estava na Câmara dos Deputados e que concedia favores à Ação Social Nacionalista, considerando-a “instituição de caráter público e utilitário.” Dois anos

mais tarde, Epitácio Pessoa, presidente de honra da Associação, fez a doação de um prédio à “Ação Nacionalista” desalojando a Escola Rodrigues Alves, recém construída no Catete. O *Correio da Manhã* nº 8504, de 17/06/1922, na terceira página, trouxe uma vasta reportagem sob o título: “Um amigo ‘urso’ dos portugueses” e mencionou os apelidos dados a Epitácio Pessoa durante a sua gestão: “presidente nacionalista” e “segundo Floriano.”

Acobertado então pelas autoridades, o movimento teve vários canais de expressão. Nova revista foi fundada sob o título de *Gil Blás*, a 13/02/1919, tendo como diretor e redator-chefe Alcebiades Delamare. A revista era considerada porta-voz da Ação Nacionalista, tendo sido editada até maio de 1923. Seus artigos eram notadamente antilusitanos. Nela colaboravam, entre outros, Antônio Torres, Trajano de Almeida e Carlos Raul. Este último deu nova força ao Partido Republicano Nacional através de um novo programa, editado a 12/04/1919.

O Partido Republicano Nacional, fundado em 1893 pelas mãos de Raul Pompéia, manifestava em seu programa algumas idéias que foram recorrentes no nacionalismo do período e que serão encontradas, mais tarde um pouco, no já citado grupo modernista verde-amarelo. Para Carlos Raul, em entrevista ao jornal *O Dia* nº 136, 10/07/1921, o estrangeiro poderia ser uma ameaça e um perigo: poderia desnacionalizar as metrópoles litorâneas. O homem brasileiro era apresentado como interiorano e bom. A máxima do partido era “nos tornarmos senhores de fato daquilo que nos pertence de direito.” De uma certa forma, apelava pela busca da “brasilidade”, palavra criada pelo Conde Afonso Celso e que foi muito utilizada pelos verde-amarelos. Porém, diferentemente do verde-amarelismo posterior, pregava a necessidade de selecionar elementos estrangeiros que poderiam nos levar à civilização, além de combater de modo explícito os portugueses, assunto que não preocupou a corrente modernista.

Para Carlos Raul, dentro daquela visão mais ampla do nacionalismo que mencionamos acima, a Europa do pós-guerra havia descoberto que

*Para um mundo melhor e mais perfeito, se torna mais necessária do que nunca a coesão nacional para a vitória do trabalho.*

Assim,

*sabemos que é hábito fora daqui não nos tomarem a sério, como a sério ninguém toma as raças que vegetam na selvageria. Mas,*

*se os europeus do Ocidente, que acumularam e entesouraram em séculos os esplendores da civilização, desprezam o bárbaro porque o conhecem de sobra, de nós eles desdenham porque nos desconhecem. Precisamos, por isso, mostrar que somos dignos de manter com os povos cultos o comércio de amizade...*

A Europa, no seu manifesto, deveria continuar sendo o berço da civilização, que conseguiríamos se procurássemos o que era original de nossa terra e se fôssemos os arquitetos do nosso próprio progresso. Em consonância com os artigos saídos em *Gil Blás*, Carlos Raul escrevia combatendo a idéia da formação de uma Confederação Luso-Brasileira, na pauta do dia e das preocupações, desde 1919. Percebemos que as preocupações jacobinas eram comuns, uma vez que os mesmos nomes estavam ligados à Ação Social Nacionalista e a seus órgãos, que muitas vezes se desentendiam entre si. Frederico Vilar era também membro do Partido Republicano Nacional e Francisco de Paula Machado representava o Partido na Ação Social Nacionalista. O próprio Álvaro Bomilcar, auxiliado pelos colaboradores da revista *Braziléa*, juntamente com Castro Lopes, Monsenhor Carmelo, Dr. Holanda Cunha, fundou a *Propaganda Nativista* em 21/04/1919, outro órgão da Ação Nacional e, segundo o próprio Bomilcar, “instituição defensiva e para propaganda oral da doutrina.”

Na década de 1920, como na década de 1890, a preocupação com a civilização, a modernidade e o progresso ainda eram bastante presentes,<sup>9</sup> assim como igualmente eram presentes as associações de Portugal e dos portugueses com o atraso e com os males genéricos do país. Eles eram xingados de “incultos”, de “pobres de inteligência”, de “atrasados”, de “galegos”, além, é claro, de “exploradores”. Portugal era tido como o que havia de velho e ultrapassado na Europa. Indignado, o *Jornal Português* nº 81, de 23/10/1920, publicava em sua primeira página uma notícia que dizia ter sido reproduzida de algum dos órgãos jacobinos, ao qual não mencionava. Tinha por título “Contra Portugal!” e era dirigida ao Sr. Embaixador de Portugal, Duarte Leite, a quem pedia providências. Ei-la:

#### O QUE SE DIZ DE NÓS NO BRASIL

*Transcrevemos: - não é preciso mais clareza para afirmarmos que o aventureiro vagabundo e sem dignidade, expulso já há um século do solo Pátrio, é esse sevandija Portugal que não tem a verdadeira coragem de declarar-se vencido como fruto velho e apodrecido, rescendendo miasmas da mais perigosa das lepras humanas.*

OS PORTUGUESES NÃO VÊM AQUI PARA OUTRA COISA, SENÃO PARA EXPLORARE FURTAR.

PORTUGAL NÃO EXISTE MAIS. PORTUGAL É A SOMBRA DE UMA RUÍNA IRREMEDIÁVEL, DEFINITIVA, IRREPARÁVEL.<sup>10</sup>

O português era mal adjetivado, como sempre; como de costume, tido por “aventureiro vagabundo”, “sem dignidade, sevandija”, “fruto velho e apodrecido”, “miasma”, etc. Porém, o perigo que agora representava não era mais a recolonização e a ameaça à República, ou mesmo à restauração do Império. O que representava, nesta época, estava no campo da “exploração” do cotidiano e das potencialidades do país, fossem estas riquezas naturais, fossem possibilidades políticas variadas; o atraso não estava mais relacionado apenas ao colonial, sim àquilo que os portugueses não podiam construir aqui no Brasil porque não sabiam ou não aprenderam de uma vez por todas que Portugal era o que de pior existia na Europa. A chave de entendimento do Jacobinismo luso neste período era, portanto, a palavra “exploração”. O português era aquele que monopoliza os vários setores da vida no Rio de Janeiro, segundo a *Braziléa* e o *Gil Blás*. Essencialmente, monopolizavam a imprensa e o comércio, explorando economicamente a tudo e a todos; conseqüentemente, exploravam também a política, no seu sentido mais amplo: quem tinha o poder econômico, tinha o político. Desta forma, a ênfase era no poder econômico do português e na sua capacidade de influenciar a política.

A *Propaganda Nativista*, na voz de Álvaro Bomilcar, propunha-se a combater o anarquismo e ufanava-se em ser o primeiro órgão de brasileiros a se posicionar contra o mau estrangeiro,

*quando ainda ninguém aqui ousava enfrentar os maus elementos, que aqui açambarcam toda a produção, monopolizam o comércio a retalho, corrompem ou envenenam os gêneros alimentícios, fundam sociedades, adquirem jornais e fazem contra nós a política capitalista, fator máximo da carestia de vida.*<sup>11</sup>

Os portugueses eram exploradores, e como tais, anarquistas e responsáveis pela desordem econômica e social. Eram os maus capitalistas. É interessante observar que estas imagens foram difundidas justamente no período em que o anarquismo como doutrina se espalhava entre nós e que as greves operárias sucediam-se umas as outras. Anarquistas e maus capitalistas eram palavras veiculadas pela imprensa com um mesmo sentido, numa mesma direção. Não se fazia distinção entre os estrangeiros e as suas diversas posições na sociedade; entre o estrangeiro “capitalista”,

grande comerciante, abastado e consolado pela fortuna, e aqueles que freqüentavam as míseras ruas da cidade como caixeiros e operários, no sentido generalizado do uso que esta última palavra tinha no início do século. Tudo era entendido como baderna e desvirtuamento, sendo o português o mau estrangeiro e a Ação Social um grêmio de paz e de confraternização, que deveria proteger a família brasileira. Por isto, não é raro encontrarmos nas revistas jacobinas o ataque à Confederação Luso-Brasileira, que segundo pensavam fortaleceria ainda mais a hegemonia comercial dos portugueses e, conseqüentemente, a sua hegemonia política – seria o meio de pressão sobre o povo, sobre o governo e sobre o Estado.

Os objetivos da Ação Social Nacionalista eram, entre outros, a mudança da capital da República para o interior do Brasil, a nacionalização do comércio a retalho, da imprensa política, da costagem e da pesca, a organização do Teatro Brasileiro. Não foi à toa que o movimento nacionalista do período teve sua concretização mais evidente na campanha contra os poveiros pescadores.<sup>12</sup> No ano de 1920, a Marinha de Guerra foi incumbida de fazer cumprir a lei nº 11.505, de 04 de maio de 1915, que nacionalizava a pesca no litoral brasileiro. O comandante Francisco Vilar, membro notório da Ação Social Nacionalista, comandante do navio *José Bonifácio* e da Capitania dos Portos, elaborou uma circular datada de 05/08/1920 e concedeu 90 dias para os estrangeiros se naturalizarem para continuarem exercendo a pesca no litoral, sendo que para o Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, o prazo era de 60 dias.

Este fato avivou ainda mais os ressentimentos entre portugueses e brasileiros, provocando um debate intenso com a comunidade lusa através das páginas do *Jornal Português* porque uma grande parte dos pescadores do Rio de Janeiro eram poveiros. À medida que o comandante Vilar colocava em prática a circular e negava matrícula aos portugueses na Inspetoria de Portos e Costas, as reações faziam-se sentir de um lado e de outro. O português Mathias Gonçalves de Castro entrou na justiça com o intuito de poder exercer a sua profissão. O juiz da 2ª vara federal, Octavio Kelly, recusou o seu pedido, fazendo Mathias impetrar um recurso pedindo o julgamento do *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal. O caso acendeu ainda mais os ânimos e polarizou a questão. De um lado estava a comunidade lusa, capitaneada pelo Embaixador Duarte Leite, que incentivava as não-naturalizações; de outro, possivelmente o governo, a Ação Social Nacionalista e seus adeptos.

A polêmica questão sacudiu as ruas da cidade. Dos dois lados houve passeatas, a favor e contra. A organizada pelos portugueses foi dissolvida pela polícia com a ajuda de populares. Bem outro foi o tratamento dado pela polícia à passeata de 06/10/1920, que se sucedeu o julgamento

pelo Supremo Tribunal. Nela estavam presentes vinte e oito colônias de pesca brasileiras; vivas foram dados à Marinha Brasileira e ao comandante Vilar, além de discursos inflamados terem sido feitos por Carlos Raul e pelo próprio comandante do *José Bonifácio*. A passeata, depois de percorrer as ruas do centro da cidade, foi ao Catete agradecer o Presidente, representado, na sua ausência, pelo auxiliar de gabinete. A medida tinha igualmente sido apoiada por deputados e por jornais cariocas, que eram ovacionados pelos participantes.

O jornal *Correio da Manhã*, no dia seguinte da passeata publicou uma vasta reportagem sobre o que havia acontecido na cidade sob o título: “A nacionalização da pesca. Manifestação pública, realizada ontem, a tarde, pelos pescadores brasileiros.” Em tom inflamado, a reportagem apontava para o julgamento do *habeas corpus* e estampava duas fotos da manifestação. As matérias sobre o assunto prosseguiram em outros dias e saíram tanto nos jornais lusos como no *Correio da Manhã*, que tomou para si a “batalha”.

Finalmente, a 11 de outubro de 1920, o Supremo Tribunal confirmou a decisão do juiz Octavio Kelly por seis votos contra cinco. Ao que parece, as leis não eram claras e as interpretações foram feitas de acordo com as conveniências do momento. Juristas como Ruy Barbosa, Clóvis Bevilacqua, João Mendes e Pedro Lessa saíram em defesa dos poveiros, porém, em vão. Estes tiveram que deixar o país, não sem um grande estardalhaço e sob o lema: *ANTES SEMPÃO DO QUE SEMPÁTRIA*.

A disputa ainda se prolongou até o final do ano de 1921. O *Jornal Português* editava artigos lamuriosos fazendo queixas dos governantes e da Ação Social Nacionalista. Em abril, o comandante Vilar enviou uma carta ao diretor do *Jornal Português* proibindo-o de “discutir e analisar atos do governo, das Autoridades e dos Brasileiros; e muito particularmente qualquer coisa que se refira à política interna e externa da Nação Brasileira.”<sup>13</sup>

Ficava claro o ataque explícito ao elemento português e o impedimento deste na construção da Nação Brasileira. Álvaro Bomilcar, em entrevista já citada ao jornal *O Dia*, nº 134, declarava mesmo ser o nacionalismo, lusofobia, e repetidas vezes o *Jornal Português* criticava o governo por não perseguir outras nações européias e outras nacionalidades. Ainda em 1925, Antônio Torres, ao escrever o “Preâmbulo” do livro *As Razões da Inconfidência*, descreveu o português como atrasado, citando as características da raça de acordo com Fialho D’Almeida:

... typos de cão, de lobo, de raposa, de pintassilgo, de môcho, de carneiro, de boi, de gato-bravo; caras de ferocidade, de

*estupidez, de astúcia hílare, de doçura herbívora, cobiça irrequieta, concupiscência cerval, ironia simiesca, etc. ... tudo isto recorda aos menos peritos em tentas antropométricas um homem mais cerca do antropóide de Darwin que do Penseur de Rodin e do canon das estátuas gregas...*<sup>14</sup>

A descrição beirava o cômico. Os portugueses não faziam parte das “raças progressivas e puras” do restante da Europa. Portugal e os portugueses eram atacados:

*SE UM CATACLISMA FIZER DESAPARECER PORTUGAL DA FACE DO PLANETA, O BRASIL LUCRARÁ; SE PORÉM, UM CATACLISMA FIZER DESAPARECER DASUPERFÍCIE DA TERRA O BRASIL, PORTUGAL MORRERÁ À MINGUA.*<sup>15</sup>

Jacobinismo, sim. Por quê? Uma leitura mais atenta e minuciosa do “Preâmbulo” de Antônio Torres pode jogar um pouco mais de luz sobre o porquê da intensificação do antilusitanismo nesta época. Talvez a chave mestra para a compreensão esteja no âmbito da exploração econômica e no predomínio do português no comércio. Na década de 1890, a questão política básica era a consolidação da República. Agora, em 1920, o fundamental era firmar o Brasil como Nação em seus próprios pés, *nacionais*, em um momento em que a crise econômica era forte, com a crescente carestia e a inflação do pós-guerra. A crise política também crescia a cada dia, manifesta no desencanto com o sistema Republicano e na fraqueza de Epitácio Pessoa, o que acabou por apressar a questão sucessória e o apoio das oligarquias paulista e mineira a Arthur Bernardes.

O português mais uma vez era o “bode expiatório” para os males da vida do país. Era acusado de apoiar Nilo Peçanha e, como vimos, de “desordeiro anarquista” e de “mau capitalista.” O antilusitanismo, neste momento, parece ter servido a uma dupla finalidade: ter advindo de disputas no mercado e, ao mesmo tempo, ter encoberto uma briga travada na esfera do alto comércio no Rio de Janeiro. Os interesses em jogo eram muitos e não raro os jornais, de um ou de outro lado, apontavam o apoio dos representantes do governo ao Jacobinismo ou à campanha contra a Confederação Luso-Brasileira. O problema crucial era deter o português 85 por cento do comércio na cidade, segundo Antônio Torres, e mandar sua fortuna para Portugal, ou em pequenas remessas, ou quando para lá voltava, depois de velho. Por esta razão, se um cataclisma acabasse com o Brasil, Portugal desapareceria. Assim,

*O necessário, o essencial, o indispensável é atacar de frente os capitães do alto comércio.*<sup>16</sup>

A defesa que a colônia lusa fazia de si mesma era provando que o português era rico de vontade de trabalhar.<sup>17</sup> Português sinônimo de trabalhador, velho argumento e que ainda em 1920 produzia o seu efeito. Até o jornal *O Dia* nº 24, periódico inimigo da colônia, reconhecia o “mérito” do elemento luso; dizia serem os portugueses uma “sólida classe de trabalhadores equilibrados e econômicos, que acumulam pecúlio e formam uma base de resistência da ordem social.” Discurso contraditório? Sim. Está aí mesmo o motivo do ataque e da defesa: “o acúmulo de pecúlio” e a “base de resistência”, respectivamente. O *Jornal Português* publicou repetidamente e de mil formas esta idéia dizendo serem, e terem sido, Portugal e os portugueses, “um bem para o Brasil”, “fortalecedores da etnia”, “formadores da nacionalidade”, etc.<sup>18</sup> Os portugueses colocavam Portugal como bom pai e o Brasil como mau filho.

É interessante observar que, de forma diferentes dos anos de 1890, a comunidade lusa agora estava forte e organizada, defendendo-se com argumentos de ampla repercussão e intimamente relacionados entre si, ou seja, usando o trabalho e a nacionalidade. A construção da Nação, como vimos, ainda estava ligada ao progresso e à civilização. Ao imigrante europeu, em geral, era atribuído o bom trabalho e a capacidade de levar o país ao seu destino de engrandecimento.

Ao mesmo tempo que o português era o pivô dos conflitos de rua e dos debates nos jornais, no Congresso, os assuntos relacionados à imigração e aos imigrantes voltaram com força à ordem do dia, vinculados neste momento à construção da nacionalidade. Podemos então concluir que a construção da nacionalidade, o progresso e a modernidade eram chaves nestes anos e estavam imbricados.

Em janeiro de 1921, o presidente da República sancionou uma lei que regulava a entrada de estrangeiros no país, curiosamente proibindo o desembarque no território nacional “de todo estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou de moléstia contagiosa.” de estrangeiros com mais de 60 anos que não pudessem custear a própria subsistência e daqueles que fossem “nocivos à ordem pública ou à segurança nacional.” Ou seja, era preciso distinguir o bom do mau estrangeiro. O bom estrangeiro deveria

*atender, Sr. Presidente, às necessidade do trabalho, na progressão crescente da produção, indispensável evidentemente se faz um maior afluxo da corrente migratória para o Brasil.*<sup>19</sup>

Porém, nem todo estrangeiro serviria ou conduziria ao progresso. Aquele que levaria ao progresso e à civilização, o bom estrangeiro, seria o ariano:

*Não queremos, Sr. Presidente, nem é asado ensejo, abrir aqui um debate sobre a controvertida questão da superioridade ou inferioridade de raças, embora com Gobineau propensos a admitir a influência decisiva e incontrastável do sangue ariano, ou antes, do louro dolicocefalo de Lapouge e Huxley, em todos os progressos da civilização.*<sup>20</sup>

Deste modo, embora muito imigrantes servissem para o trabalho, na construção da Nação deveria ser levado em conta o fator étnico e racial, não só o fator econômico. É por isto que o projeto de lei nº 209, de 1921, provocou acaloradas e reveladoras discussões na Câmara. Inicialmente, previa a proibição da imigração do negro porque era um “perigo” e uma “ameaça” à constituição da nacionalidade. Rejeitado, retornou ao debate em 1923, só que desta feita proibindo também a imigração amarela, principalmente a japonesa.

Só o imigrante europeu serviria. Deveríamos seguir o exemplo dos Estados Unidos, que realizaram o seu destino graças ao “eugenismo das raças européias no caldeamento que ali se vem operando.” Logo, o “Brasil para os brasileiros”, como se falava na época, deveria imitar os Estados Unidos; chegar ao progresso, à civilização e à modernidade a partir do seu próprio elemento. Qual seria a solução para isso? Absorver o europeu, não se preocupar com o negro ou com o amarelo já presentes no solo nacional porque, apesar da população mestiça ser “decaída” e o povo do interior “degradado”, o elemento nacional devia ser valorizado porque o *embranquecimento* triunfaria e paulatinamente o negro e o mestiço desapareceriam. Não foi por outro motivo que o projeto de lei foi recusado: já nas discussões da sessão de 29 de julho de 1921 o preconceito racial era peremptoriamente negado no Brasil.

Resumindo, o progresso, a modernidade e a civilização também seriam alcançados pelo embranquecimento. E o embranquecimento era considerado inevitável na época.

É importante assinalar que na leitura da documentação coligida as constantes antilusitanismo, valorização do imigrante e preconceito racial contra o negro caminhavam paralelas. Ao que parece, se entrelaçaram ao longo do período estudado, porém, este não é objeto do presente artigo. Vejamos.

*Exposta a questão nestes termos verdadeiros e reais, quem não percebe que o proclamado ódio aos portugueses não passa de uma arma, cavilosamente manejada pelos que vêem na colônia portuguesa domiciliada entre nós o instrumento propício a proporcionar-lhes folgada situação econômica?...*

*A colônia portuguesa vivia na melhor harmonia entre nós. Não se atentava na sua existência senão para atestar que ela é um dos grandes fatores da nossa economia. Desde, porém, que começaram a surgir os seus paladinos de agora, sob a capa de uma aproximação que sempre existiu entre o Brasil e Portugal (...) o que vai produzindo é um espírito de deserção até hoje jamais assinalado.<sup>21</sup>*

Este trecho acima, retirado do jornal *Correio da Manhã*, ferrenho combatente do português, torna-se mais curioso quando referido à notícia de onde foi extraído: a violenta defesa da nacionalização da pesca e o combate aos poveiros pescadores. Escolhido entre muitos possíveis exemplos, nega a questão fundamental que ele próprio abordava, ou seja, a rivalidade entre portugueses e brasileiros e o antilusitanismo gerado por interesses divergentes.

Se por um lado negava o antilusitanismo do momento vivido e presente, em meio mesmo ao calor dos debates e das agressões, veiculados inclusive nesta mesma notícia; por outro lado, fazia tábula rasa da história do Jacobinismo na República Velha, ignorando os ódios alimentados nos anos de 1890.

Ao trabalharmos com os jornais de época, presenciamos durante todo o período da República Velha (1889-1930) as contradições dos discursos: afirmava-se e negava-se o conflito de modo simultâneo. De ambos os lados, procurava-se desculpas para as rixas existentes:

*– Jornal Português n° 102, 19/03/1921 p. 1: é invenção de fazendeiros angolanos que querem desviar a imigração portuguesa para Angola, ou*

*– O Dia n° 24, 19/03/1921, p. 1: as rivalidades são desmentidas pelo embaixador brasileiro em Lisboa – elas seriam fruto da imigração dos portugueses e seus próprios jornais.*

É curioso porque depois de lamúrias e agressões, os jornais reconheciam que tudo poderia acabar bem e que era preciso se construir a Nação de forma conjunta. Portanto, os portugueses consideravam, apesar das mágoas, os brasileiros como “filhos” e “irmãos”, além do

Brasil ser visto como uma “segunda Pátria.” Os brasileiros, mesmo achando Portugal ainda “quinhentista”, pregavam a união pela Nação e declaravam, vez por outra, como fez Eritácio Pessoa,<sup>22</sup> “as necessidades de estreitarmos os laços com Portugal e sermos amigos.” “Amigos ursos,” como diriam os portugueses. E nova série de “amabilidades” poderia ser iniciada...

Nos anos de 1920 o discurso da “democracia racial” parecia bem assentado: os próprios protagonistas das querelas assumiam discursos contraditórios.<sup>23</sup> O mito da democracia racial, e porque não dizer nacional, tenderia a se fortificar e a se espalhar nos anos subseqüentes, já que a negação do conflito foi um dos elementos constantes do Estado autoritário, que vez por outra encenava saciar a sua sede nos poços do liberalismo.

## Notas

<sup>1</sup> Uma análise instigante do nacionalismo no movimento modernista de 1922, embora polêmica, foi feita por Gilberto Vasconcelos. *Ideologia Curupira. Análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

O autor buscou a origem da ideologia integralista no movimento verde-amarelo e Anta. Para isto, analisou o nacionalismo da corrente verde-amarela e, por contraponto, explicitou as linhas gerais contidas no Manifesto Pau-Brasil e no Manifesto Antropofágico. Segundo Gilberto Vasconcelos, ambas as tendências (as originadas do Verde-Amarelo e as do Pau-Brasil) eram nativistas e questionavam a dependência cultural, porém, os caminhos que tinham escolhido eram diferentes.

O verde-amarelismo seria ufanista; valorizaria as virtudes brasileiras da tolerância racial (não existência do preconceito), religiosa e política; elogiaria a bondade original do nosso povo e o horror à violência; opunha-se à imitação da Europa. A busca seria do “Brasil no original”, título do livro de Cassiano Ricardo. A preferência do verde-amarelo seria pelos signos pátria, tradição, sentimento e nação.

Já no Manifesto Pau-Brasil, como seria mais tarde explicitado no Manifesto Antropofágico, a proposta seria deglutir a cultura européia de modo a colocá-la a serviço da transfiguração estética das raízes culturais do povo brasileiro. Assim, era nativista, porém filiava-se aos *ismos* europeus. Embora a sua preocupação com a linguagem fosse muito marcante, o autor percebeu neste grupo uma visão não laudatória da cultura.

De acordo com as palavras do próprio autor, o ponto de partida do ensaio era que “não há ruptura entre nacionalismo literário e politização da literatura na época do desdobramento do Pau-Brasil em Antropofagia, e do verde-amarelismo em Anta. Noutras palavras, formam um todo orgânico e indissolúvel na busca da emancipação literária e nas respostas que os escritores de 22 deram (ainda que de maneira velada) à dependência cultural e à situação social que lhe era correlata: o subdesenvolvimento. Ora, essa questão é de natureza política.” (p. 92)

Assim, embora Oswald de Andrade, em 1942, tenha feito um balanço do Movimento Modernista, em *Aspectos da Literatura Brasileira*, classificando-o como “destruidor” e

reconhecendo que sabiam mais o que não queriam do que o que queriam, é interessante observar o nacionalismo como uma preocupação importante do período. A busca do “ser brasileiro”, no original, se dava por imitação ou negação da Europa, considerada o centro da civilização e modernidade.

<sup>2</sup> *Jornal Português* n° 154, 01/04/1922, p. 3.

<sup>3</sup> *O Paiz* n° 932, 07/03/1920, p. 3.

<sup>4</sup> Comícios contra Portugal e contra os portugueses são noticiados pelo *Jornal Português* n° 85, 20/11/1920, p. 1; n° 93, 15/01/1921, p. 1; n° 118, 09/07/1921, p. 1; entre outros.

<sup>5</sup> Exemplos deste tipo de convite: *Jornal Português* n° 117, 02/07/1921, p. 1 e *Jornal Português*, n° 80, 16/10/1920, p. 2.

<sup>6</sup> O *Jornal Português*, a partir de 1918, publicava constantemente notícias apontando o recrudescimento do movimento. Neste sentido, conferir os números 76, 21/08/1920, p. 1; n° 77, 28/08/1920, p. 1 (artigos “Nacionalismo jacobinista” e “Caridade e justiça...”); n° 80, 16/10/1920, p. 2; n° 81, 23/10/1920, p. 1; n° 82, 30/10/1920, p. 2; n° 85, 20/11/1920, p. 1 (artigos “O que se diz de nós no Brasil” e “Sem rumo...”); n° 86, 27/11/1920, p. 1; n° 93, 15/01/1921, p. 1 (artigos “Contra Portugal” “Contra Portugueses!” e “Violência da polícia”); n° 94, 22/01/1921, p. 1 (artigos “Tentativa de assalto ao *Jornal Português*” e “No meu posto”); n° 102, 19/03/1921, p. 1, n° 103, 26/03/1921, p. 2 (artigos “Transviados” e “Contra Portugal”); n° 104, 02/04/1921, p. 1; n° 107, 23/04/1921, p. 1; n° 111, 21/05/1921, p. 1; n° 117, 02/07/1921, p. 1 (artigos “Mata galego” e “No funeral de Paulo Barreto”); n° 118, 09/07/1921, p. 1 (artigos “Paulo Barreto” e “Mais um comício de insulto a portugueses”), n° 123, 20/08/1921, p. 1; n° 127, 17/09/1921, p. 1, n° 133, 05/11/1921, p. 1; n° 137, 03/12/1921, p. 1; n° 145, 28/01/1922, p. 1; n° 153, 18/03/1922, p. 1; n° 242, 26/01/1924, p. 1, n° 254, 19/04/1924, p. 1.

Outros jornais também falaram do surto jacobinista. O jornal *O Dia*, que reapareceu em 1921 e durou até 1923, depois de ter saído de circulação em 1906, publicou constantemente artigos e entrevistas com líderes jacobinos do período. Neste sentido, conferir especialmente n° 24, 19/03/1921, p. 6; n° 53, 17/04/1921; n° 134, 08/07/1921, p. 1; n° 135, 09/07/1921, p. 3.

*Jornal Correio da Manhã* n° 8504, 17/06/1922, p. 3.

*Jornal O Paiz* n° 932, 07/03/1920, p. 4; n° 936, 11/03/1920, p. 5.

<sup>7</sup> Este último, seguindo a mesma orientação de Raul Pompéia, atribuiu o preconceito racial no Brasil ao português.

<sup>8</sup> FIGUEIREDO, Jackson de. *Do nacionalismo da hora presente*. Carta de um católico sobre as razões do movimento nacionalista no Brasil e que, em tal momento, é possível determinar. Dirigida a Francisco Bustamante por Jackson de Figueiredo. Rio de Janeiro: Católica, 1921, p. 10.

<sup>9</sup> Segundo o jornal *O Dia* n° 134, 08/07/1921, p. 1, a Ação Social Nacionalista tinha como presidente o Conde Afonso Celso; como vice-presidente Camilo Prates, Justo Chermont, Frederico Vilar; como doutrinador Álvaro Bomilcar, como líder, o Dr. Alcibiades Delamare Nogueira da Gama, diretor do Gil Blás e secretario geral da Ação Social Nacionalista.

<sup>10</sup> A preocupação com estes temas pode ser encontrada, entre outros, nos seguintes jornais: *O Dia* n° 116, 20/06/1921, n° 135, 09/07/1921, p. 3; n° 136, 10/07/1921, p. 1; n° 134, 08/07/1921; *Correio da Manhã* n° 7894, 11/10/1920; *Jornal Português* n° 77, 28/08/1920, p. 1; n° 94, 22/01/1921, p. 1; n° 137, 03/12/1921, p. 2; n° 242, 26/01/1924, p. 1.

<sup>11</sup> Notícias como estas, ou transcrevendo estas idéias ou similares, ou protegendo-se destas acusações, podem ser encontradas nos seguintes jornais: *Jornal Português* n° 81, 23/10/1920, p. 1; n° 82, 30/10/1920, p. 2; n° 85, 20/11/1920, p. 1 (artigo “O que se diz de nos no Brasil” e “Sem rumo...”), n° 94, 22/10/1921, p. 1; n° 124, 27/08/1921; n° 137, 03/12/

- 1921, p. 1; n° 242, 26/01/1924; n° 254, 19/04/1924, p. 1; O Dia, n° 134, 08/07/1921; *Correio da Manhã* n° 7892, 09/10/1920, p. 2.
- <sup>12</sup> O *Dia* n° 134, 08/07/1921, p. 1. Corpo do texto de Álvaro Bomilcar defendendo-se das acusações da Liga Nacionalista de São Paulo.
- <sup>13</sup> Vários são os artigos nos jornais sobre a campanha contra os poveiros pescadores e a nacionalização da pesca. O que segue escrito tomou por base, entre outros, os seguintes jornais: *Jornal Português* n° 76, 21/08/1920, p. 1; n° 77, 28/08/1920, p. 1; n° 80, 16/10/1920, p. 2; n° 86, 27/11/1920, p. 3; n° 101, 12/03/1921, p. 1; n° 104, 02/04/1921, p. 1; n° 107, 23/04/1921; n° 138, 10/12/1921; *Correio da Manhã* n° 7889, 06/10/1920, p. 3; n° 7892, 09/10/1920, p. 2; n° 7894, 11/10/1920, p. 2; n° 7895, 12/10/1920, p. 2.
- <sup>14</sup> *Jornal Português* n° 107, 23/04/1921, p. 1.
- <sup>15</sup> D'ALMEIDA, Fialho. Saibam quantos... 3° ed. Lisboa: Clássica, pp. 182-187 citado por TORRES, Antônio - "Preâmbulo", in: *As razões da inconfidência*, p. XLIX.
- <sup>16</sup> TORRES, Antônio, "Preâmbulo", in: *As razões da inconfidência*, 1925, p. LIX.
- <sup>17</sup> Id.
- <sup>18</sup> Conferir, entre outros, *Jornal Português* n° 242, 26/01/1924, p. 1; O *Paiz* n° 932, 01/03/1920, p. 4; n° 936, 11/03/1920; O *Dia* n° 24, 19/03/1921, p. 8.
- <sup>19</sup> Conferir, entre outros, *Jornal Português* n° 86, 27/11/1920, p. 3; n° 101, 12/03/1921, p. 1, n° 254, 19/04/1924; O *Paiz* n° 932, 07/03/1920, p. 3.
- <sup>20</sup> Decreto de 06/01/1921, publicado na íntegra no *Correio da Manhã* n° 7982, 07/01/1921, p. 3.
- <sup>21</sup> Anais da Câmara de Deputados. Sessão de 22 de outubro de 1923, p. 145, *Deputados*. Sessão de 22 de outubro 145. Discussão do projeto de lei n° 209, de Andrade Bezerra, reapresentado por Fidelis Reis. O projeto versava sobre a proibição no Brasil de preto e amarelos.
- <sup>22</sup> *Ib.*, p. 146.
- <sup>23</sup> *Correio da Manhã* n° 7894, 11/10/1920, p. 2. Exemplos da negação do conflito e da sua simultânea afirmação podem ser encontrados em: *Jornal Português* n° 102, 19/03/1921, p. 1; n° 118, 09/07/1921, p. 1; n° 138, 10/12/1921, p. 1; n° 254, 19/04/1924, p. 1; O *Dia*, n° 24, 19/03/1921, p. 8; n° 53, 17/04/1921; n° 116, 20/06/1921, *Correio da Manhã* n° 7894, 11/10/1920, p. 2; n° 8504, 11/06/1922, p. 3.